

**DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E NO NORTE DE  
MINAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

*RURAL DEVELOPMENT IN BRAZIL AND NORTH OF MINES: SOME  
CONSIDERATIONS*

**Lilian Damares de Almeida Silva Freitas<sup>1</sup>  
Ana Ivania Alves Fonseca<sup>2</sup>**

**<sup>1</sup>Universidade Estadual de Montes Claros  
Programa de Pós Graduação em Geografia  
liliandamaress@gmail.com, anaivania@gmail.com**

**RESUMO**

O espaço rural é um espaço dinâmico e está em constante transformação. As formas de reprodução social e do trabalho, a relação campo-cidade, a história, as tecnologias inseridas no campo tanto para grandes como pequenos produtores, influenciam no modelar desse meio e traçam os perfis de cada região. E diante desse dinamismo existente no campo, Schneider (2010) destaca que um paradigma que tem se destacado dentro dos estudos rurais nas últimas décadas: o desenvolvimento rural. Assim, neste trabalho abordamos algumas discussões sobre desenvolvimento rural no Brasil e no Norte de Minas. Para tanto, utilizamos como metodologia, a pesquisa bibliográfica sobre a temática estudada, na qual foram contextualizados alguns conceitos relacionados ao tema.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural

**ABSTRACT**

The countryside is a dynamic space and is constantly changing . The forms of social reproduction and labor, the relation field - city, history, technology inserted in the field for both large and small producers , influence in shaping that environment and map the profiles of each region. And before that existing dynamism in the field, Schneider (2010 ) says that a paradigm that has excelled in the rural studies in recent decades is rural development. In this work we address some discussions about rural development in Brazil and the North of General Mines. Therefore, we use as a methodology , the literature on the subject studied , which were contextualized some concepts related to the topic.

**Key-words:** Rural Development;

**INTRODUÇÃO**

O espaço rural têm se transformado muito nas últimas décadas. As lutas dos movimentos sociais, a busca pela reforma agrária, a crescente discussão sobre a sustentabilidade e a criação de políticas públicas para a agricultura familiar têm

quebrado muitos paradigmas e levantado outros em relação ao mundo rural, especialmente no tange à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável.

O desenvolvimento está no centro das discussões de muitas áreas em diversas ciências, mas não existe consenso quanto ao real significado ou finalidade. Segundo Guimarães (2013),

“Desenvolvimento” é um termo polissêmico e, como tantos outros, sujeito a interpretações controversas e objeto de disputas ideológicas. A Constituição do Brasil fala de “desenvolvimento” em seu preâmbulo, mas não o define em nenhum outro lugar. Seu entendimento depende de elementos explicativos ou, com mais frequência, do sentido que lhe é dado pelo poder que o usa como argumento. (GUIMARÃES, 2013, p. 11)

Dessa forma, percebe-se a complexidade do termo e por este motivo a dificuldade de definição epistemológica para o mesmo. Este fato pode ser percebido também pela definição encontrada no Dicionário Aurélio Ferreira (1988)

de.sen.vol.vi.men.to *.sm (desenvolver+mento)*<sup>2</sup> **1** Ato ou efeito de desenvolver. **2** Crescimento ou expansão gradual. **3** Passagem gradual de um estágio inferior a um estágio mais aperfeiçoado. **4** Adiantamento, progresso. **5** Extensão, prolongamento, amplitude. **6** *Mús* Elaboração de um tema, motivo ou ideia musicais por modificações rítmicas, melódicas ou harmônicas. **7** *Mús* Parte em que tal elaboração ocorre. **8** *Mat* Expressão de uma função qualquer na forma de uma série. **9** *Mat* Transformação de uma expressão em outra equivalente, mais extensa, porém mais acessível ao cálculo. *D. direito, Biol:* desenvolvimento sem metamorfose. *Sin: desenvolvimento.* (FERREIRA, 1988)

Nesse sentido, podemos constatar como diversas ciências se apropriam do termo desenvolvimento para os seus devidos fins, o que evidencia a amplitude do tema, sendo necessária uma análise diferenciada conforme cada área do conhecimento. Kageyama (2004, p. 380) afirma que, "O desenvolvimento - econômico, social, cultural, político - é um conceito complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem *decomposição* de alguns de seus aspectos e *aproximação* por algumas formas de medidas."

De forma geral, o desenvolvimento está relacionado a crescimento, e esta é a questão que vem movendo os debates relacionados ao tema quando se trata de questões econômicas, sociais e ambientais. O desenvolvimento atrelado à ideia de crescimento econômico foi a prerrogativa do Estado para que o Brasil deixasse de ser um país de terceiro mundo em meados do século XX, e para tirar o país do atraso, frentes desenvolvimentistas foram espalhadas por todo país, com o objetivo de industrializar as cidades e mecanizar o campo para aumentar a produtividade. Dessa maneira, o desenvolvimento rural seguiu esta concepção e as ações e projetos pensados pelo Estado seguiram este modelo até a década de 1990 quando políticas públicas começam a ser pensadas para agricultura familiar.

Sobre isso Navarro (2010, p. 88) argumenta que,

o conceito de desenvolvimento rural, [...] altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida

social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais (NAVARRO, 2010, p. 88).

Diante disso, Schneider (2010) afirma que os estudos voltados para o desenvolvimento rural na atualidade se voltam para o contexto das discussões da agricultura familiar, da intervenção do Estado no meio rural através de políticas para agricultura familiar, as mudanças no cenário político e ideológico no Brasil após o fim do regime militar e também a emergência da questão da sustentabilidade ambiental nos anos 1990 com a ECO 92 e a Agenda 21 que levantaram os debates em torno do aquecimento global, a poluição e muitos outros temas relacionados à sustentabilidade.

## DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

No Brasil o desenvolvimento rural passou por momentos distintos, considerando a história recente do país. Após a década de 1950, a concepção de desenvolvimento rural no país seguiu o padrão norte americano, seguindo os parâmetros da Revolução Agrícola e da Revolução Verde que levou para o campo em várias partes do mundo, conforme Mazoyer (2010, p. 421)

[...] novos meios de produção agrícola originários da segunda revolução industrial: a *motorização* (motores a explosão ou elétricos, tratores e engenhos automotivos cada vez mais potentes), a *grande mecanização* (máquinas cada vez mais complexas e eficientes); e a *quimificação* (adubos minerais e produtos de tratamento). (MAZOYER, 2010, p. 421)

E assim, também se deu no Brasil a implantação dessas formas de produção agrícola voltadas para cultivos em larga escala, baseados na concepção progressista do Estado que preconizava o crescimento econômico do país naquela época para tirá-lo do "atraso", não levando em consideração as particularidades de cada região e os modos de vida da população rural brasileira. Segundo Schneider (2010, p. 512),

“Esta foi a tônica da intervenção no meio rural do Brasil e de outros países na América Latina no período conhecido pela vigência da ideologia da “revolução verde”, que preconizava ações de intervenção dirigidas e orientadas, geralmente de caráter compensatório, que eram vistas como a solução para os agricultores que não conseguiam se modernizar tecnologicamente nem integrar-se ao conjunto da economia através da indústria, comércio e serviços. No Brasil, as políticas de “desenvolvimento rural integrado” (PDRI) eram apontadas como a solução viável para as regiões atrasadas, sendo exemplos eloquentes as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes de trabalho de combate à seca no Nordeste.” (SCHNEIDER, 2010 p. 512)

Nesse sentido, percebe-se que o modo de reprodução dos meios de produção rural no país eram considerados ultrapassados e, assim, a revolução verde seria a solução para superar o atraso do espaço rural brasileiro. Dessa forma, a ideia era padronizar os modos de produção da agricultura, e dessa forma, a agricultura familiar também foi inserida neste processo.

O período que se estende da década de 1960 até o fim dos anos 1970 foi marcado pela gestão dos governos militares, cuja intenção era promover o crescimento econômico do país através de várias ações como descreve Navarro (2001, p. 84)

A noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, certamente foi moldada pelo "espírito da época", com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural. No Brasil, por exemplo, já nos anos 70, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da "modernização agrícola"). (NAVARRO, 2001, p. 84)

Nesse sentido, a agricultura patronal<sup>1</sup> foi contemplada em várias partes do país através de perímetros de irrigação, projetos agropecuários, reflorestamentos, e dessa forma muitos agricultores tornaram-se assalariados dos grandes empreendimentos rurais ou optaram pela aquisição dos pacotes tecnológicos que potencializariam a produção e supririam a demanda por emprego no campo, segundo a propaganda veiculada na época.

De outro lado, várias agências de fomento foram criadas para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento no país. A busca pela diminuição das disparidades regionais foi materializada na criação de superintendências regionais: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL; Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Como afirma Goularti Filho; Almeida; Messias (2011), essas agências tinham por objetivo promover ações de estímulo ao crescimento econômico e combate à seca que é um fenômeno recorrente e buscar maior integração regional.

Entretanto, o Brasil possui dimensões continentais, e, por possuir um território tão grande, é um país muito heterogêneo. Sendo assim, as particularidades de cada região, sejam elas físicas, culturais, sociais e/ou econômicas, contribuíram para que os resultados das intervenções que visavam o desenvolvimento rural se dessem de forma muito diferente em cada região. E nesse sentido, muitos agricultores que conseguiram se inserir no modelo importado dos países desenvolvidos, modernizaram sua produção e passaram a trabalhar de forma diferente, seguindo a lógica da produtividade, no entanto, Fonseca (2012, p. 62), argumenta que "a agricultura passa por momentos, às vezes, localizados, às vezes, generalizados, de saída do campo, quando as famílias abandonam as atividades agrícolas e partem em busca de outra forma de vida nas cidades considerada socialmente mais atrativa." E foi o que aconteceu com um grande número de agricultores que não se adaptou ao uso dos pacotes tecnológicos e acabaram se endividando, perdendo, em muitos casos, a terra e sendo obrigados a migrar para as cidades.

A partir da década de 1980 considerada como a "década perdida" os debates sobre a noção de desenvolvimento rural no Brasil reacenderam, a partir das discussões e debates de entidades da sociedade civil como ONG's, sindicatos, universidades, políticos e a Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU para o Meio Ambiente, a Rio-92, conforme Schneider (2010), e a partir daí crescem as discussões envolvendo o desenvolvimento rural sustentável no país.

---

<sup>1</sup> Agricultura patronal é um conceito econômico e jurídico adotado no Brasil, que se contrapõe à agricultura familiar, e que conta, em sua produção, com empregados assalariados permanentes ou temporários. A produção se baseia em monoculturas, Barros (2010).

## AS BASES DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento rural sustentável tem suas bases nas discussões acerca da sustentabilidade que foi protagonista de relatórios produzidos pela ONU como o Relatório de Brundtland - Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*) e a Agenda 21 na Conferência Rio-92. Segundo o Relatório de Brundtland (1987) “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Este conceito largamente difundido pelo mundo também foi destaque na Agenda 21 que preveu ações voltadas para diversas áreas, inclusive para a agricultura que é uma atividade impactante para o meio ambiente.

Diante do panorama traçado anteriormente, o desenvolvimento rural sustentável segundo Navarro (2001, p. 89)

surgiu em meados dos anos 80 a partir da crescente difusão da expressão mais geral, “desenvolvimento sustentável” (apoiada em crescente e copiosa literatura). Embora muitos autores e instituições pretendam atribuir a esta um sentido politicamente mais conseqüente do que a anterior (desenvolvimento rural), incorporando noções, por exemplo, de equidade social ou, mais ambiciosamente, atribuindo alguma suposta relação entre formas de organização social das famílias rurais mais pobres, fruto de “conscientização”, e desenvolvimento rural sustentável, o foco central, neste caso, é bastante claro e mais limitado (NAVARRO, 2001, p. 89)

Para este autor, o elemento "sustentável" está relacionado exclusivamente à questão ambiental e direciona as ações de desenvolvimento rural para agrupar às dimensões ambientais de modo a cumprir sua função no espaço rural, visto que as questões sociais, econômicas e culturais já estão inclusas no conceito de desenvolvimento rural, para a construção de um processo que contemple de maneira mais concreta a população rural. Assim, o desenvolvimento sustentável deve ser o resultado da combinação do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental (SACHS, 2002). Dessa maneira na Figura 01, pode-se ver o processo em que se dá a construção do desenvolvimento sustentável, cujas bases também corroboram para o desenvolvimento rural sustentável.

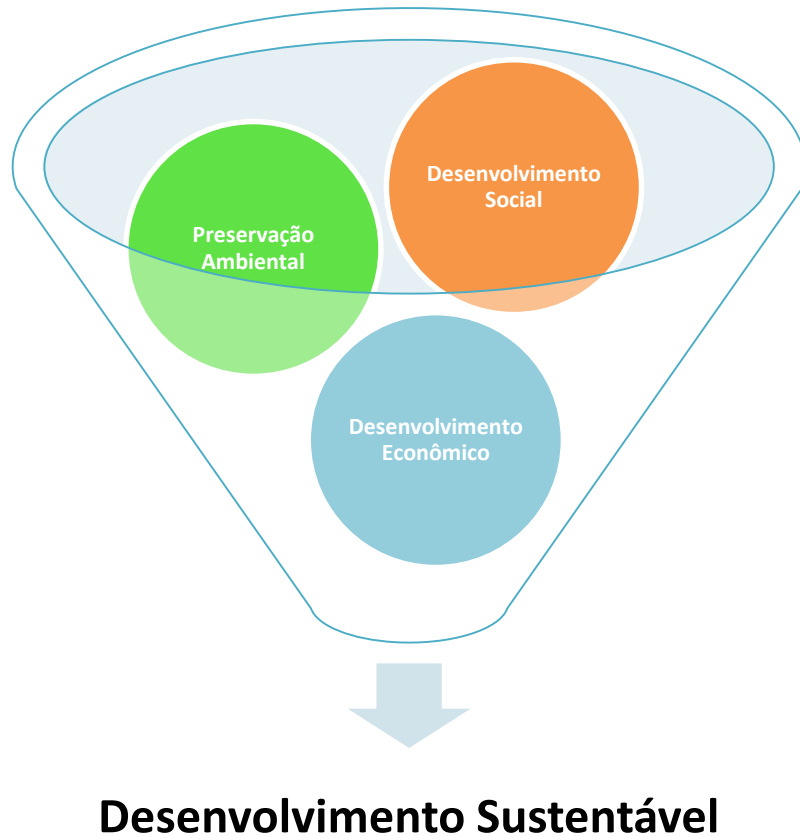


Figura 01: Esquema relacionando os elementos que compõem o desenvolvimento sustentável

Org: Freitas, L. D. A. S. 2015

Nesse sentido, as ações e estratégias pensadas para o desenvolvimento rural sustentável perpassam por este processo, através da implementação de políticas públicas que podem fortalecer e possibilitar maior dinamismo à agricultura familiar. As bases do entendimento do desenvolvimento rural sustentável vão de encontro aos conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, ambos vem explicar essa agricultura que se insere no mercado, mas, não perde o modelo familiar.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

O paradigma do desenvolvimento rural passa pela construção de políticas públicas voltadas para o campo e para a população rural, a fim de promover o fortalecimento da agricultura familiar que segundo Carneiro (1997), foi a categoria escolhida para protagonizar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no Brasil. Dessa forma, a partir da década de 1990, surgem várias políticas voltadas para agricultura familiar, até então, deixada em segundo plano em favor da agricultura patronal.

Na década de 1990, na busca pela estabilização econômica e social do Brasil a agricultura familiar volta a ser pensada pelo Estado, assim, em 1995, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. A implantação

do programa gerou muitas discussões e divergências a respeito do conceito de agricultura familiar. E sobre estas divergências, Wanderley (2004), aponta que para uns a agricultura familiar e o Pronaf se confundem a ponto do termo ser entendido como uma tipologia de beneficiários em função da capacidade de atendimento do programa, para outros, o termo corresponderia a uma categoria de agricultores, capazes de responder as atuais exigências do mercado em detrimento dos agricultores que não se encontram nas mesmas condições.

O Pronaf é um programa de crédito rural criado em 1995 para financiar projetos que gerem renda para os agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária. O programa oferece várias linhas de crédito para serem aplicadas em custeio da safra ou atividade semelhante e investimento em equipamentos, máquinas ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários na propriedade familiar.

Outros programas foram desenvolvidos para agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE que representam oportunidades de crescimento para o produtores, e também um desafio pois é necessário planejamento, gestão e organização eficientes, além de assistência técnica de qualidade, segundo Santos; Evangelista e Oliveira (2012). O PAA possibilita aos agricultores e suas associações/cooperativas o acesso à editais para oferta de seus produtos para as compras públicas e através do PNAE que disponibiliza 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, os agricultores fornecem alimentos para as creches e escolas públicas (LEITE, 2013). Dessa forma, percebe-se a existência de políticas voltadas para a agricultura familiar, entretanto, nem todos os agricultores têm acesso devido à burocracia e a falta de informação.

Regionalmente pode-se perceber novas perspectivas sobre o desenvolvimento rural, o Norte de Minas tem passado por uma transição entre o tradicionalismo no modo de produção para um formato com base nas políticas públicas e na organização das unidades familiares.

## **DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORTE DE MINAS**

O Norte de Minas é a maior mesorregião do estado, e possui um total de 89 municípios, é subdividida em 07 microrregiões, como mostra o mapa da figura 02, e se caracteriza pela maioria de municípios com cidades pequenas de características rurais, polarizados pelo município de Montes Claros que concentra a oferta e distribuição de produtos e serviços de diversos tipos, desde comércio (atacado e varejo), indústria, logística, saúde e educação. No tocante aos aspectos naturais, é uma área de transição entre o Cerrado e a Caatinga, segundo Belém (2008, p. 61),

O Norte de Minas possui uma rica biodiversidade que se reflete na existência das inúmeras fitofisionomias vegetais inseridas dentro dos dois grandes biomas que ocorrem no Norte do Estado: o Cerrado e a Caatinga. Entre elas, destacam-se o Cerrado Típico, o Cerradão, a Vereda, os Campos, as Matas Ciliares, a Caatinga Arbustiva, a Caatinga Arbórea e a Floresta Estacional Decidual (BELÉM, 2008, p. 61).

Encontramos nessa região, desde solos férteis e propícios a agricultura até solos extremamente inférteis que para produzir precisam do aparato de maquinários e

correção de solo. O clima em grande parte do Norte de Minas de acordo com a classificação de Köppen é o Aw com invernos secos e verões chuvosos (Belém, 2008).

Todos esses aspectos produzem uma região com fatores singulares no tocante às questões fisiográficas, econômicas e sociais.



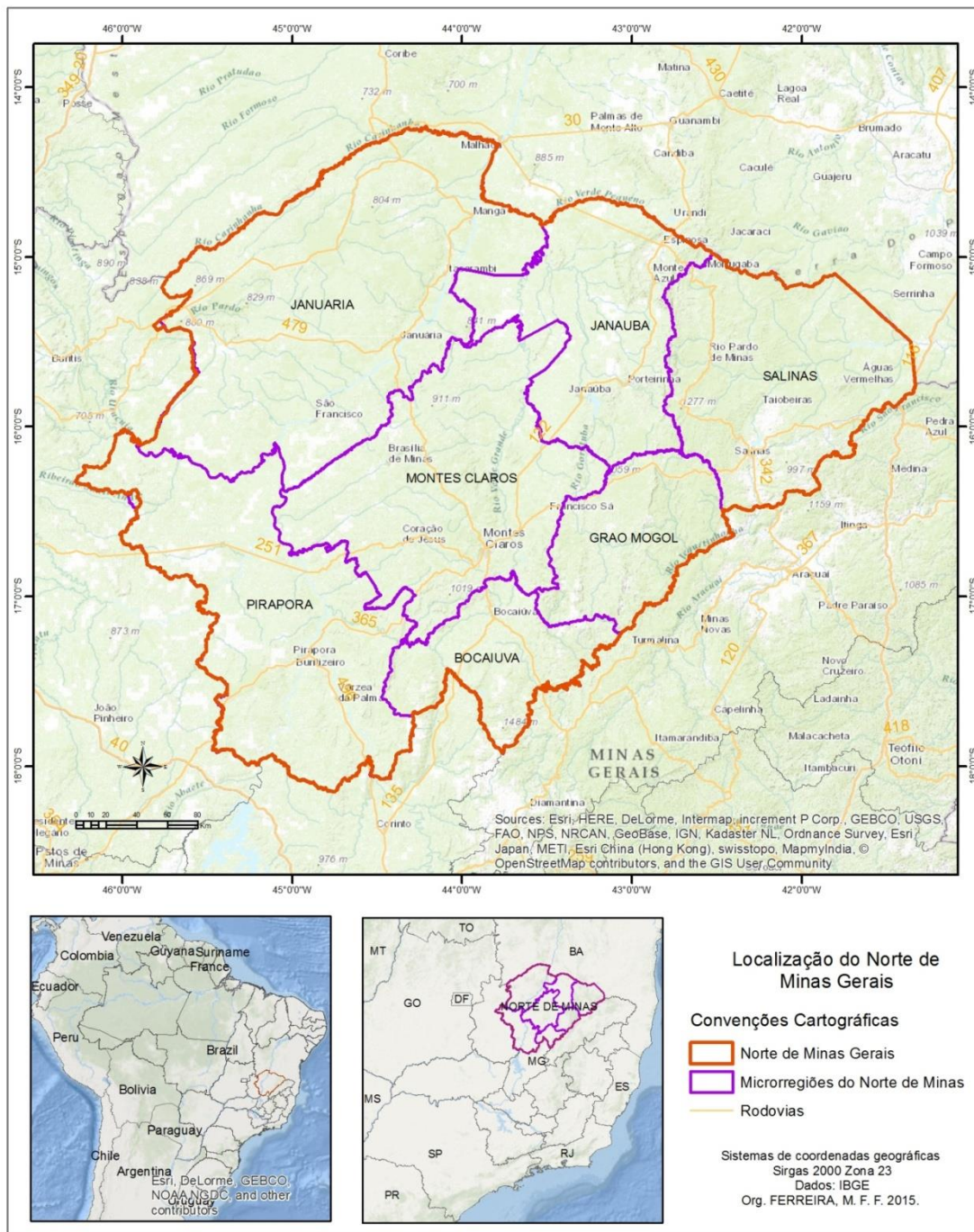


Figura 02: Localização do Norte de Minas Gerais  
 Org: FERREIRA, M.F.F. 2015

Ribeiro (2010) afirma sobre o Norte de Minas que,

desde o século XVIII essa região representa uma espécie de enclave no Sudeste do Brasil. É diferente do Nordeste e diferente do Sudeste, tanto que, entre o início da colonização europeia e o século XIX, oscilou em termos de pertencimento político: fez parte da Capitania de Pernambuco, esteve sob influência da Bahia. Só no século XIX passou definitivamente a ser Minas

Gerais, embora tenham existido algumas tentativas para criar um estado do São Francisco, separado. (RIBEIRO, 2010, p23)

Dessa forma, percebe-se a heterogeneidade que caracteriza e define a região como um espaço de múltiplas faces, no que tange aos aspectos naturais e sociais.

A população está distribuída de forma irregular pelo território, sendo que há uma concentração em alguns municípios, como Bocaiuva, Pirapora, Janaúba, Januária e com maior expressão no município de Montes Claros, que é considerada a cidade polo da região e o que compõe o restante dos municípios são pequenos centros ou pequenas cidades rurais como podemos observar no mapa da Figura 03.

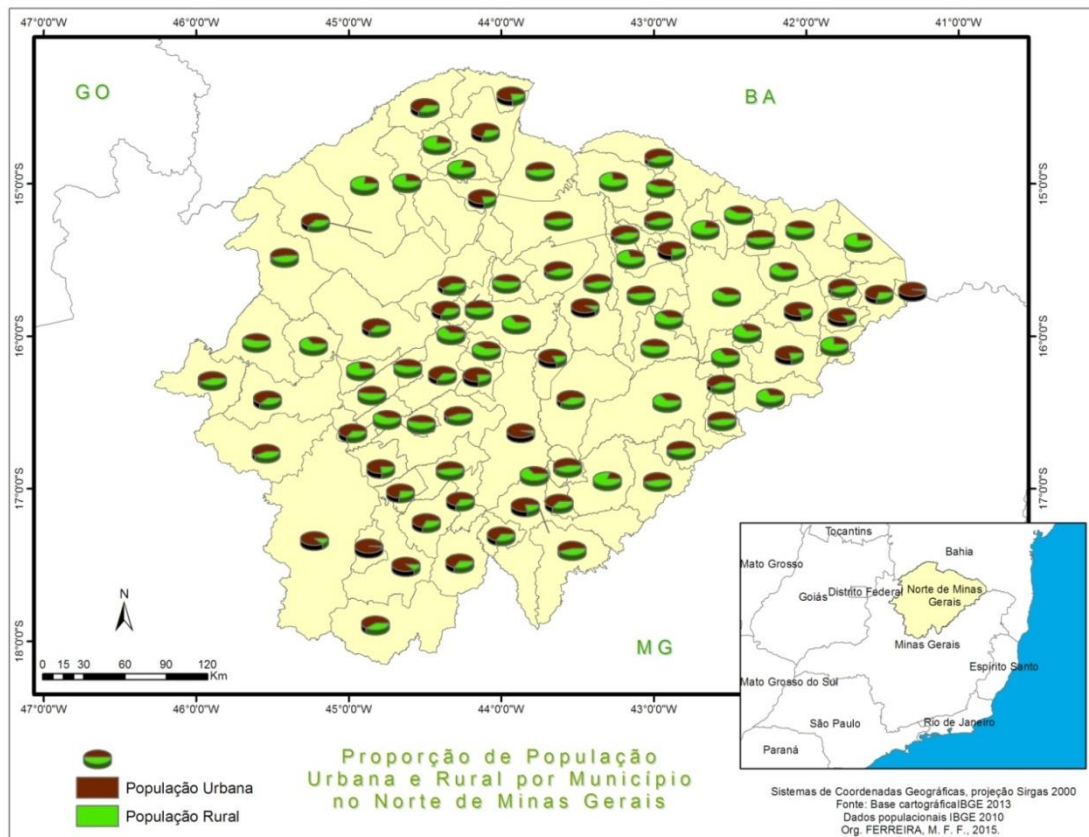


Figura 03: Mapa da população rural e urbana do Norte de Minas Gerais  
 Org: FERREIRA, .M. F. F. 2015

Como se pode ver no mapa na maior parte dos municípios a população rural é um pouco maior, igual ou ligeiramente menor em relação à urbana, salvo alguns municípios que concentram maior densidade demográfica nas cidades, isso demonstra as proposições de Veiga (2001, p. 63) ao afirmar que "o Brasil é menos urbano do que se calcula". No Norte de Minas, o rural se mostra como paisagem dominante, visto que, a maioria dos municípios são eminentemente rurais como afirma Fonseca (2012). E esse rural tem uma dualidade bem característica entre um agronegócio cada vez mais mecanizado e inserido no mercado mundial através dos projetos de irrigação e do outro lado uma agricultura familiar que vem se mantendo através do trabalho da família e mais recentemente com o acesso a algumas políticas públicas.

Pereira (2007, p. 113), afirma que,

Do ponto de vista econômico, ainda hoje, as atividades predominantes na maior parte dos municípios da região são aquelas ligadas ao setor primário, como a agricultura de subsistência, silvicultura e pecuária de corte. A fruticultura irrigada notadamente nos municípios de Jaíba, Janaúba e Pirapora e algumas fazendas de pecuária melhorada representam nichos de modernização (PEREIRA, 2007, p. 113)

No Norte de Minas no processo de implantação das políticas desenvolvimentistas no século XX, “a política implantada pelo Estado seguiu um eixo de quatro segmentos de diversificação produtiva: i) reflorestamento de eucalipto e pinus; ii) grandes projetos agropecuários; iii) industrialização e iv) construção de perímetros de agricultura irrigada” (RODRIGUES *et al*, 2005). Assim, a figura 04 ilustra a forma como o Estado planejou suas ações e as implantou na região a partir da década de 1960.

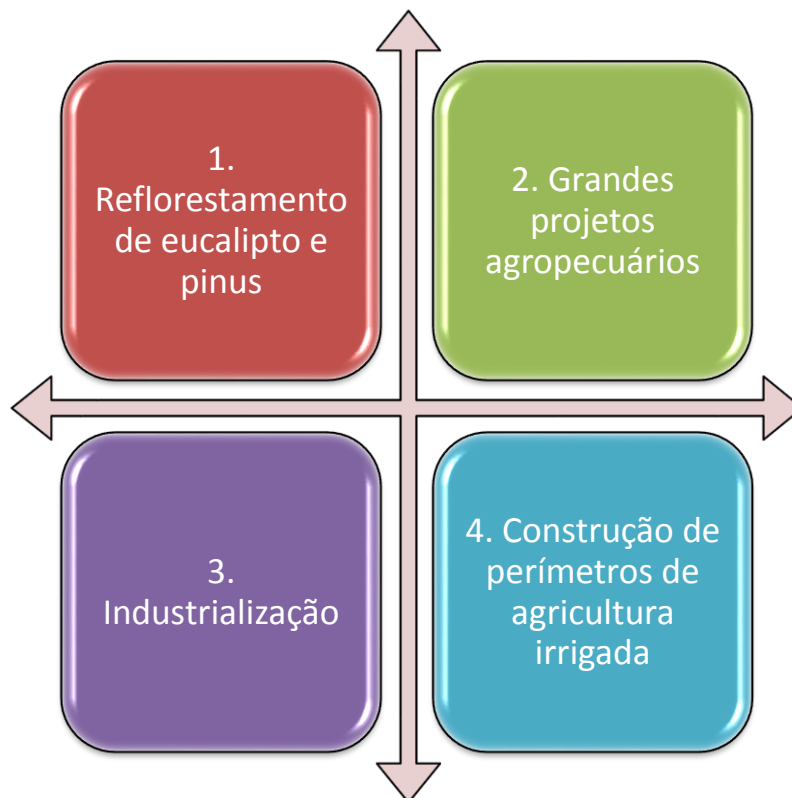


Figura 04: Eixos Produtivos no Norte de Minas a partir da década de 1960

Org: SILVA, L. D. A. F. 2015

Seguindo essa lógica, com a inserção do Norte de Minas Gerais na área de atuação da Sudene, vários projetos foram criados para levar o desenvolvimento à região. Por meio da atuação de companhias e escritórios regionais como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF e a Fundação Rural Mineira - RURALMINAS.

É nesse cenário que se desenvolveram os projetos de irrigação existentes na região como o Projeto Jaíba, Projetos Gorutuba e Lagoa Grande, Projeto Pirapora e extensas áreas de reflorestamento de eucalipto e pinus. A SUDENE, juntamente com os

escritórios regionais da Codesvasf, RURALMINAS e o Departamento Nacional de Obras de Combate à Seca - Dnocs coordenaram todo o processo de implantação desses empreendimentos e esse foi o modelo de desenvolvimento rural baseado no crescimento econômico e justificado pela falta de desenvolvimento da região.

Dessa forma, o desenvolvimento rural na região foi pautado na agricultura patronal e seguiu o modelo baseado nos Estados Unidos, entretanto, segundo Furtado (2005, p 101;102), não é possível comparar o desenvolvimento norte americano com o brasileiro devido às diferenças no processo histórico de ambos após a sua independência.

Para compreender o desenvolvimento dos EUA no período imediato à independência, é necessário ter em conta as peculiaridades dessa colônia que indicamos nos capítulos v e vi. A época de sua independência, a população norte-americana era mais ou menos da magnitude da do Brasil. As diferenças sociais, entretanto, eram profundas, pois enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos dominava o país. (FURTADO, 2005, p 101;102)

Nesse sentido percebe-se a dificuldade em importar modelos de desenvolvimento de outro país com características e histórico diferentes do Brasil, as ações e projetos pensados para o país e para o Norte de Minas objetivavam o aumento da produtividade e, dessa forma, não privilegiaram a agricultura familiar de forma efetiva sendo deixada à margem até a década de 1990 quando volta a ser pensada dentro das políticas públicas e de crédito rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, inferimos que o espaço rural é dinâmico e está em constante transformação, assim, a análise dos processos contidos nesse ambiente torna-se complexa e abre discussão para as diversas formas de apropriação do espaço e reprodução das relações sociais, econômicas, culturais, e ambientais.

A partir das discussões traçadas, percebe-se que no Brasil e conseqüentemente no Norte de Minas há um histórico de desvalorização da agricultura familiar ao longo da história até a década de 1990 quando volta a ser pensada no cenário nacional através das políticas públicas como o Pronaf. Nesse sentido, o desenvolvimento rural apresenta novas configurações e ganha destaque nos estudos rurais devido ao esforço de análise feito por muitos pesquisadores para entender e trazer propostas teóricas-metodológicas para o assunto.

## REFERÊNCIAS

BARROS, G. S. A. C. Política Agrícola no Brasil: Subsídios e Investimentos. In: GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.; NAVARRO, Z.. (Org.). **A Agricultura Brasileira: Desempenho, Desafios e Perspectivas**. BRASÍLIA: IPEA, 2010, v. , p. 237-258.

BELÉM, R. A. **Projeto Caminhadas no Parque: uma proposta de educação ambiental para o Parque Municipal da Sapucaia – Montes Claros/ MG.** 2002. 55f. Monografia (Especialização em Geografia Ensino e Meio Ambiente) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. IN: **Estudos sociedade e Agricultura.** Vol. Número 08, pp. 70-113, abril 1997

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 214.

FONSECA, A. I. A. **Agricultura Familiar como Sustentabilidade: Estudo de Caso do Planalto Rural de Montes Claros/MG.** 2012.181 f. Tese de Doutorado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro. 2012.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 2005.

GOULARTI FILHO, A.; AL MEIDA, A. S.; MESSIAS, T. A. de. **A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990.** In: V Encontro de Economia Catarinense, Sessão Temática: História Econômica. Florianópolis, 2011. [http://www.apec.unesc.net/V\\_EEC/sessoes\\_tematicas/](http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/). 02 de julho de 2011.

GUIMARÃES, M. D. A. **Desenvolvimento Rural: Territórios E Redes.** 2013. 278 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - Seropédica. 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Brasília, 2007.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LEITE, C. E. C. Análise da Importância do PAA e PNAE como Impulsionadores do Desenvolvimento Local - O Caso da COPTIL em Hulha Negra/RS. Trabalho de Conclusão de Curso em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, São Lourenço do Sul/RS, 2013, 53 p;

MAZOYER, M., 1933. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico a Crise contemporânea.** Mazoyer, Marcel, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados,** vol.15, no.43: São

Paulo; Setembro/Dezembro. 2001. Acesso em 29 de outubro de 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci\\_arttext#](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci_arttext#)

PEREIRA, A.M. **Cidade Média e Região: O Significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**/ Anete Marília Pereira. Tese de doutorado – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia: UFU, Uberlândia, 2007.

RIBEIRO, E. M. **As Histórias dos Gerais**. In: Histórias dos Gerais. RIBEIRO, E. M (Org), Editora UFMG. Belo Horizonte, 2010. 329 p.

RODRIGUES, L.; NASCIMENTO, J. R.; Chagas, I. das. **A Nova Fronteira da Agroexportação e a Questão Agrária no Norte de Minas**. In: Anais III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, Novembro/2005.

SACHS, I. Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável/Organização: Paula Yone Stroh. Garamond. Rio de Janeiro, 2002. 96 p.

SCHNEIDER, S. Teoria Social Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 18 Nº. 51 Fevereiro/2003.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. In: **Revista de Economia Política**, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304 p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.